

OS EXAMES DE PROVIMENTO PARA PROFESSORES: o método intuitivo no exame de normalistas do Mato Grosso no início do século XX

Leandro de Oliveira¹

Edilene Simões da Costa Santos²

RESUMO

Neste artigo tivemos por objetivo analisar a presença do método intuitivo na matemática escolar dos exames de provimento para professores normalistas efetivos no estado do Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX. O conjunto de fontes analisadas encontra-se nos documentos históricos pertencentes ao Arquivo Público do Mato Grosso (APMT), localizado em Cuiabá (MT). A análise teórica foi constituída pelos conceitos de *apropriação* de Chartier (2002), *cultura escolar* de (Julia, 2001), *história das disciplinas escolares* de Chervel (1990) e as definições sobre o *método intuitivo* de Valdemarin (2006). Com a análise dos documentos, verificamos a preocupação do estado em examinar elementos sobre a metodologia de ensino oficial do estado, constituída pelo método intuitivo, onde nos exames de provimento para professores do Mato Grosso foi observado por meio do uso de contador mecânico para resolver operações aritméticas em um dos pontos do concurso.

Palavras-chave: Exames de provimento. Metodologia para o ensino. Método intuitivo.

INTRODUÇÃO

Neste artigo temos a intenção de analisar a presença do método intuitivo nas provas escritas e práticas, partir dos pontos de conteúdos de matemática escolar dos exames de provimento para professores primários do estado de Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX. Tais fontes foram encontradas no caderno de atas dos processos de seleção de professores efetivos para o magistério mato-grossense da Diretoria Geral da Instrução Pública, localizados no acervo de documentos históricos do Arquivo Público do Mato Grosso (APMT), sediado em Cuiabá.

¹ **Mestrando em Educação Matemática** da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus Campo Grande.

E-mail: Leandro.matem@gmail.com

² **Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Matemática** da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus Campo Grande.

E-mail: edilenesc@gmail.com

XVI Seminário Temático**Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática****Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018****Universidade Federal de Roraima****ISSN: 2357-9889**

Para estabelecermos as normas dos concursos para normalistas da instrução primária, utilizaremos os decretos que regulamentavam as escolas primárias do estado, constituídos pelos decretos nº 258 de 1910 e nº 759 de 1927 que determinavam as normas e condutas da instrução pública do estado do Mato Grosso.

A fundamentação teórica deste artigo será embasada em princípios da história cultural, principalmente sobre os conceitos de *cultura escolar* de Dominique Julia (2001) para analisarmos as normas e condutas dos concursos de professores primários do estado; a *história das disciplinas escolares* de André Chervel (1990) para tratarmos sobre as finalidades das disciplinas sob uma perspectiva histórica cultural; de *apropriação* de Roger Chartier (2002) para entendermos a apropriação dos conteúdos de matemática e de métodos para ensinar esses conteúdos, dentre os pontos registrados nos exames provimento de professores normalistas no estado do Mato Grosso; e ainda Valdemarin (2006) quando a definição do método intuitivo no ambiente escolar.

Segundo Julia (2001), constitui a cultura escolar as normas e condutas estabelecidas pelo ambiente escolar. Muitas vezes essas normas estão estabelecidas por meio de leis, decretos ou regimentos que tem característica organizar a instituição, como por exemplo a definição dos métodos para ensinar os conteúdos disciplinares na escola, sendo definido por leis devem ser obrigatoriamente cumpridos pelos professores. Entretanto, muitas vezes as normas e condutas do ambiente escolar são criadas e estabelecidas dentro dos próprios muros da escola, constituídas pelos entes que compõem a comunidade escolar, a exemplo os acompanhamentos didáticos das disciplinas escolares ou até mesmo a organização didática em relação as atividades disciplinares.

As finalidades das disciplinas escolares sob um aspecto histórico cultural no qual estamos referindo, submete-nos a entender a definição de Chervel (1990) sobre o conceito. Segundo o autor, as finalidades das disciplinas escolares referem as posições direcionadas por meio de ações que influenciam seus fins. Dessa forma o autor descreve que “a instituição escolar é, em cada época tributária de um complexo de objetivos que se entrelaçam e se combinam numa delicada arquitetura da qual alguns tentaram fazer um modelo”. Sendo assim, compreendemos que existem uma série de componentes no qual influenciam a instituição escolar, criando caminhos a serem perseguidos para obter os objetivos estabelecidos. Em relação as finalidades de uma disciplina escolar, esses

XVI Seminário Temático**Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática****Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018****Universidade Federal de Roraima****ISSN: 2357-9889**

caminhos podem ser constituídos pelos programas curriculares, os livros didáticos e até mesmo os métodos de ensino que são constituídos aos interesses de uma classe dominante.

Sobre a apropriação (CHARTIER, 2002), entendemos como as formas diferenciadas de interpretações sobre um paradigma histórico cultural. O autor fundamenta que a apropriação do qual referimos e entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, que quando remetidas conforme o tempo estabelecem sobre os seus aspectos sociais, institucionais, culturais da humanidade, e suas práticas permanecem inscritas sobre as formas diferenciadas que as reproduzem.

Em relação ao método intuitivo no qual referimos, podemos seguir os conceitos definidos por Valdemarin (2006), onde destaca que são elementos constitutivos que tem como finalidades auxiliar o processo educativo por formas concretas de ensino, evidentemente ao contrário do carácter abstrato. No método intuitivo, no qual estamos mencionando tem destaque por meio de cartas, cartazes, jogos, contadores, tabuadas, pedras, etc. Está atrelado ao viés da renovação pedagógica, movimento no qual constitui a escola nova.

Apesar do Estado do Mato Grosso realizar suas primeiras tentativas de efetivar uma Escola Normal à formação de professores primários no ano de 1837, quando autorizou a contratação de profissionais capacitados de fora do estado, ou na ausência desse enviar um profissional para obter a capacitação adequada para formar novos professores primários, esbarrou-se na dificuldade de organizar um sistema viável que permitisse implementar essa Escola Normal (XAVIER, SÁ, 2008, p.125). Segundo Xavier e Sá (2008), o governo enviou para Escola Provincial do Rio de Janeiro o professor Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzada para obter a adequada formação para reger a Escola Normal de Cuiabá, entretanto com a volta de Louzada do Rio de Janeiro, criando após o retorno a Escola Normal de Cuiabá, durou-se apenas quatro anos, prorrogando por mais tempo as tentativas do estado em formar professores no próprio Mato Grosso.

Em 1892, houve mais uma tentativa em implantar o curso Normal no estado, desta vez no prédio do Liceu Cuiabano. No entanto, mais uma vez o estado teve sua tentativa fracassada, onde o curso durou apenas dois anos, deixando uma lacuna total de professores habilitados no magistério para atuar nas escolas primárias do estado, sendo que apenas na primeira década do século XX (XAVIER, SÁ, 2008, p.130), o estado tem sucesso na

XVI Seminário Temático**Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática****Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018****Universidade Federal de Roraima****ISSN: 2357-9889**

implantação de suas escolas de formação de professores, quando contratou no estado de São Paulo os normalistas Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, formados na Escola Normal Caetano Campos, para reestruturar o sistema de instrução pública do Mato Grosso, em especial a Escola Normal de Cuiabá (SILVA, 2004, p.191).

No fim da primeira década do século XX, o estado passa promover sua “revolução educacional” com a reestruturação tanto nas instituições de ensino quanto nas leis e decretos que regulamentavam a instrução pública do estado. Em 1910 constituiu um regulamento onde foi possível estabelecer as normas para o funcionamento da escola primária por meio de Grupos Escolares, e ainda que determinasse o provimento para o ingresso de professores nessas escolas, onde antes era deficitária de normalistas devido a ausência de professores formados no próprio estado.

Conforme determina o decreto nº 258, que dispõe o Regulamento da Instrução Pública Primária do estado de Mato Grosso de 1910, no capítulo referente ao professorado das escolas primárias do estado, apresentadas no capítulo I, no qual trata do provimento de professores que podem atuar nas escolas de ensino primário desse estado. No artigo 121º, diz que o provimento efetivo das cadeiras do ensino primário só terá lugar por meio de concurso, realizando pela Diretoria Geral da Instrução Pública, sendo que a inscrição de candidatos estrangeiros³ somente poderia acontecer caso, não houvesse inscrição de alunos egressos da Escola Normal ditos alunos-mestres que pudessem exercer o magistério primário (MATO GROSSO, 1910, p.139).

Para que pudessem ingressar no magistério, os candidatos nos concursos teriam que demonstrar: maioridade legal; saúde regular; vacinação; e, boa conduta moral e civil. Esses requisitos deveriam ser demonstrados por meio de certidões, atestados e escrituras por oficiais competentes a realizar esses documentos. As provas dos concursos serão produzidas perante uma comissão presidida pelo Diretor Geral e composta de dois examinadores nomeados pelo Presidente do Estado.

Os examinadores dos exames eram tirados dentre os professores públicos, sendo que na falta desses, por pessoas distintas por seus conhecimentos que oferecem para o concurso garantias necessárias de imparcialidade e idoneidade para o desenvolvimento da

³ Trata-se candidatos estrangeiros aqueles sem formação específica para o magistério primário e ainda normalistas formados em outros estados.

XVI Seminário Temático**Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática****Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018****Universidade Federal de Roraima****ISSN: 2357-9889**

comissão. Ainda segundo o documento, os concursos para provimento efetivo das escolas primárias versarão sobre matérias constitutivas do 2º grau, ainda que eram escritas e orais (práticas), sorteadas sobre uma temática da instrução que esteja condida no programa. A prova escrita era igual para todos os candidatos e a prova oral sorteada, sendo que não deveria ser igual de um para o outro candidato (MATO GROSSO, 1910, p.141).

No novo Regulamento da Instrução Pública Primária do Mato Grosso, constituído pelo decreto nº759 de 1927, alterava alguns dispositivos do antigo regulamento de 1910, principalmente sobre aos candidatos para o cargo do magistério mato-grossense, que por sua vez proibia definitivamente a participação de normalistas formados em outros estados brasileiros. Nesse ano, o estado mantinha funcionando sua escola normal de formação de professores primários e ainda previa a expansão de novas instituições dessa mesma característica, principalmente na região sul do estado. Sobre o fato da proibição de candidatos formados em outros estados, decorre da preocupação do estado em preservar a cultura escolar das instituições mato-grossense, a partir dos métodos de ensino, conteúdos programáticos do ensino determinados pelo estado e saberes para ensinar apropriados do aspecto cultural mato-grossense.

OS EXAMES PARA PROFESSORES DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DO MATO GROSSO

Para selecionar as fontes historiográficas desse artigo, selecionamos três atas de exames contendo com os pontos de disciplinas relacionadas a matemática, mais especificamente de instituições da região sulina do estado de Mato Grosso uno onde atualmente compreende o estado de Mato Grosso do Sul, sendo que esses pontos são referentes a aritmética, geometria e álgebra, sendo assim descartando os pontos referente às outras disciplinas escolares. Essas fontes foram extraídas do livro denominado “Termos de Abertura” que descreve as atas juntamente com os participantes do concurso (banca de avaliação e candidatos) e ainda todos os pontos a serem abordados no exame de seleção.

Conforme foi possível observar sobre os regulamentos da instrução pública do Mato Grosso, no que se refere as normas e condutas (JULIA, 2001) para os candidatos a

XVI Seminário Temático**Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática****Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018****Universidade Federal de Roraima****ISSN: 2357-9889**

vaga de professores primários para os grupos escolares e escolas reunidas, deveriam ser preferencialmente normalistas formados no próprio estado, ainda que, que ausência deste, poderia ser ocupado pelos chamados alunos mestres⁴. Caso o concurso tiver apenas um candidato, sendo esse normalista, será efetivado para o cargo independente do resultado do exame (MATO GROSSO, 1910, p.140).

Ainda segundo as normas a serem seguidas, a banca de comissão examinadora do concurso que deveria ser formada por professores de instituições públicas do estado cujo eram responsáveis por elaborar os pontos a serem sorteados, colocados dentro de uma urna onde com a presença dos candidatos seriam retirados no momento do início do concurso. Quanto aos pontos e as questões a serem abordadas constituídas com a responsabilidade da banca examinadora, tinham como opção escolher apenas uma ou um conjunto de disciplinas escolares dentre os pontos para serem sorteados aos candidatos. Uma questão sorteada para uma prova de um concurso não poderia ser utilizada para outro, sendo assim necessário elaborar novas questões. Sorteados os pontos, a banca de examinadores deveria elaborar as questões a serem respondidas pelos candidatos a vaga de professor normalista, sendo esses teriam quatro horas para responder as questões.

Primeiramente seria realizada a prova escrita que compreendia a responder as questões sobre o ponto a ser sorteado. Todos os candidatos responderiam a mesma questão com o mesmo tempo definido pela banca. No dia seguinte seria realizada a prova prática que consistia sobre um exame didático, com novos pontos a serem sorteados, assim formulando novas questões para os candidatos serem avaliados mediante da presença da banca examinadora. Quando houvesse apenas um candidato aprovado na prova escrita, seguindo para próxima fase do concurso, estaria automaticamente considerado aprovado sem a necessidade de realizar o exame prático (MATO GROSSO, 1910, p.141).

A primeira fonte que analisada foi o concurso de provimento para professor efetivo do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque de Corumbá, realizado em agosto de 1927 na cidade de Cuiabá, capital do estado do Mato Grosso, contou com a presença da banca examinadora composta pelo presidente da Diretoria Geral da Instrução Pública do estado Cesário Alves Correa, cujo ocupava a função de presidente da banca, Leonidas Pereira

⁴ Essa denominação dar-se aos alunos em fase de formação de normalistas nas Escolas Normais e anexos do estado.

XVI Seminário Temático

Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática

Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018

Universidade Federal de Roraima

ISSN: 2357-9889

Mendes, Bacharel Philogonio de Paula Corrêa, e professor Franklin Cassiano da Silva, como examinadores do concurso, no qual após reunirem para realizar o certame resolveram adaptar para prova escrita do mencionado concurso os seguintes pontos com conteúdo de matemática:

Quadro 1 - Pontos do concurso para professor efetivo G. E. Luiz de Albuquerque – cidade de Corumbá (MT)

Ponto de sorteio	Disciplina	Pontos para o concurso
1º	Aritmética	Preliminares
	Álgebra	Preliminares
	Geometria	Preliminares de ângulos
2º	Aritmética	Adição e subtração
	Álgebra	Adição e subtração
	Geometria	Triângulos, teoremas e problemas
3º	Aritmética	Multiplicação e divisão; teoremas
	Álgebra	Multiplicação e divisão; teoremas
	Geometria	Perpendiculares e oblíquas
4º	Aritmética	M.M.C e M.D.C
	Álgebra	Divisão
	Geometria	Paralelas
5º	Aritmética	Frações
	Álgebra	Radicais
	Geometria	Quadriláteros
6º	Aritmética	Números primos
	Álgebra	Equações do 1º grau a uma incógnita
	Geometria	Circunferências; teoremas
7º	Aritmética	Frações decimais
	Álgebra	Equações simultâneas do 1º grau
	Geometria	Linhas proporcionais
8º	Aritmética	Raiz quadrada
	Álgebra	Problemas do 1º grau
	Geometria	Polígonos; medida da circunferência; cálculo de “pi”
9º	Aritmética	Raiz cúbica
	Álgebra	Discussão das equações gerais do 1º grau
	Geometria	Áreas
10º	Aritmética	Sistema métrico
	Álgebra	Desigualdade do 1º grau
	Geometria	Retas e planos perpendiculares e paralelos
11º	Aritmética	Números complexos
	Álgebra	Equações do 2º grau a uma incógnita
	Geometria	Prisma
12º	Aritmética	Razões e proporções

XVI Seminário Temático**Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática****Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018****Universidade Federal de Roraima****ISSN: 2357-9889**

	Álgebra	Discussão das equações do 2º grau a uma incógnita
	Geometria	Pirâmide
13º	Aritmética	Regra de três
	Álgebra	Equações simultâneas do 2º grau
	Geometria	Cilindro
14º	Aritmética	Desconto
	Álgebra	Problema do 2º grau
	Geometria	Cone
15º	Aritmética	Câmbio
	Álgebra	Problema do 2º grau
	Geometria	Esferas

Fonte: APMT (1927)

Com os pontos definidos durante a elaboração da ata do concurso, os candidatos inscritos deveriam comparecer em data e horário marcado para realizar as provas escritas e no próximo dia a prova prática, atendendo o artigo 133 do decreto nº 258 de 1910 que trata do regulamento vigente daquele período. No dia dos exames escritos e práticos seriam definidas as questões, com a presença de todos os candidatos.

Conforme podemos observar na matemática dos pontos definidos, existe uma diversificação entre os conteúdos a serem sorteados. Em primeira vista, temos dificuldades em perceber a presença de qualquer tipo de apropriação do método intuitivo ou qualquer outra metodologia de ensino sobre estes os pontos definidos. Dessa forma, podemos definir neste exame a presença de uma matemática estritamente abstrata, fora dos moldes dos métodos predominantes da vaga pedagógica da escola nova, como o método intuitivo ou ativo, que circulou na educação brasileira nas primeiras décadas do século XX.

Na segunda fonte analisada, do ano de 1929, onde realizou-se em Cuiabá o concurso de provimento efetivo para normalistas no Grupo Escolar Afonso Pena de Três Lagoas, sendo atribuída a cada ponto do concurso um conteúdo referente uma única disciplina escolar. Nos pontos de conteúdos das disciplinas referente a matemática estavam para sorteio temas relacionados ao ensino de aritmética e a geometria. Diferente do exame do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque os conteúdos focavam principalmente a finalidades das disciplinas escolares em relação a matemática prática do cotidiano, como medir, calcular tempo, idade, conhecer formas geométricas, etc. Ainda tem como finalidade a ser avaliado o conhecimento do candidato sobre o programa oficial da instrução pública do

XVI Seminário Temático

Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática

Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018

Universidade Federal de Roraima

ISSN: 2357-9889

estado do Mato Grosso, que por sua vez definia o método intuitivo para escolas primárias do estado, conforme o regulamento vigente da época (MATO GROSSO, 1927).

Quadro 2 - Pontos de matemáticas para o exame do concurso do magistério do Grupo Escolar Afonso Pena (1929)

Ponto de sorteio	Disciplina	Pontos para o concurso
10º	Ensino de aritmética	Fins a atingir; programas; idades e tempo; horário, distribuição do tempo
11º	Ensino de geometria	Espirito, processo mental, fins atingir e programas

Fonte: APMT (1929)

Sobre os pontos de matemática a serem sorteados no exame de seleção de professor do Grupo Escola Afonso Pena, identificamos a necessidade que o candidato deva estar habitado com as finalidades do ensino tanto da disciplina de aritmética como de geometria (CHERVEL, 1990). Essas finalidades podem estar relacionadas com as atividades cotidianas do homem com a matemática do comércio e do trabalho.

Apesar de não ser notoriamente possível identificar o método intuitivo nesses pontos, seria possível admitir por meio da observação dos conteúdos presentes nesses pontos a serem sorteados e a seguir comparando aos recursos didáticos do Almojarifado da Instrução Pública do estado uma relação intuitiva entre os conteúdos e recursos destinados a instrução pública do estado, ou seja, o processo mental em geometria poderia ser utilizado mediante de mapas de figuras geométricas ou ainda com as cartonagens para o estudo de geometrias, conforme observar no quadro de materiais do almojarifado do quadro 3.

Quadro 3 – Materiais de matemática do almojarifado da Instrução Pública do Mato Grosso (1925 – 1926)

Obra/autor	Quantidade
Arithmetica de “J. J. Luiz Vianna”	1
Arithmetica de “Ramon Roca Dordal”	3
Arithmetica Elementar de “A. Trajano”	320
Arithmetica Primaria de “A. Trajano”	19

XVI Seminário Temático**Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática****Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018****Universidade Federal de Roraima****ISSN: 2357-9889**

Arithmetica da Infância “Lacerda”	7
Arithmetica Intuitiva de “F. Xavier Acierno”	1
Contadores paulistas (coleções)	8
Contadores mecânicos	20
Cartonagem para estudo de Geometria	5
Cavaletes para Cartas de Parker	3
Compassos de madeira	7
Cartas de Parker	12
Linguagem arithmetica (coleções)	10
Mappas de figuras geométricas	25
Mappas do systema métrico	7
Taboadas Póvoas Pinheiro	309
Geometria Prática por “A. Borges”	11
Geometrias “Olavo Freire”	1

Fonte: APMT – MT (1926)

Dessa forma, entendemos a apropriação do método intuitivo como uma resposta para os pontos a serem respondidos pelos candidatos do concurso do grupo escolar Afonso Pena. Além das apropriações do método sobre o ensino de geometria podemos admitir as considerações sobre o processo mental e aos fins de atingir no ensino de geometria como uma aplicação dos conhecimentos escolares a serem ensinados na escola às atividades práticas sociais desenvolvidas no cotidiano. Devemos estar cientes que o regulamento da instrução pública mato-grossense permitia apenas normalistas formados na Escola Normal do próprio estado, sendo que de acordo com o livro de entrada e saídas do Almojarifado da Instrução Pública do Estado, diversas dessas obras foram destinadas à escola normal do estado e ainda para as próprias escolas primárias (MATO GROSSO, 1926). Sendo assim, acreditamos que houve uma articulação entre as obras didáticas do almojarifado aos métodos e conteúdos de matemática dos concursos de provimento de normalistas.

Como podemos observar no quadro 3, o acervo didático acolhido pelo estado do Mato Grosso para ser utilizados em suas escolas identificam com obras alinhadas do ponto

XVI Seminário Temático**Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática****Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018****Universidade Federal de Roraima****ISSN: 2357-9889**

de vista intuitivo, como os livros *Aritmética Primária* de Trajano e *Aritmética* de Ramon Rocca Dordal; e ainda dispositivos intuitivos de matemática como as Cartas de Parker, os contadores mecânicos, cartonagem de geometrias, e os mapas geométricos e do sistema métrico, que por sua vez, fazia com que os processos de efetivação de professores primários estivessem alinhados aos moldes das práticas intuitivas.

Apensar de termos a necessidade de recorrermos a comparação de recursos didáticos da instrução pública mato-grossense para tentar identificar a presença da metodologia intuitiva nos exames para admissão de professores normalistas do estado, podemos observar claramente em alguns casos, como no concurso para o Grupo Escolar Joaquim Murtinho o interesse do estado sobre as questões metodológicas para ensinar. Em março de 1930, ocorreu também na cidade de Cuiabá, o provimento do concurso para uma vaga no Grupo Escolar Joaquim Murtinho de Campo Grande, seguindo as mesmas normas dos concursos anteriores. Primeiramente foi realizado o sorteio dos pontos do exame para as provas escritas que estavam condicionados as disciplinas escolares no ensino primário. Neste pleito, não havia conteúdos de disciplinas diferentes no mesmo ponto, ou seja, cada ponto sorteado estava condicionante a uma única disciplina escolar (APMT, 1930).

Sobre os conteúdos referentes a matemática, que constava entre os pontos a serem sorteados estava apenas a aritmética, contido no 4º ponto do exame, sobre a descrição de “raciocínio”, sendo que o conteúdo a ser avaliado estava descrito como “metodologia da aritmética” cujo entendemos que o objetivo seria analisar os métodos utilizados pelos normalistas à prática profissional de ensinar a aritmética aos alunos.

XVI Seminário Temático

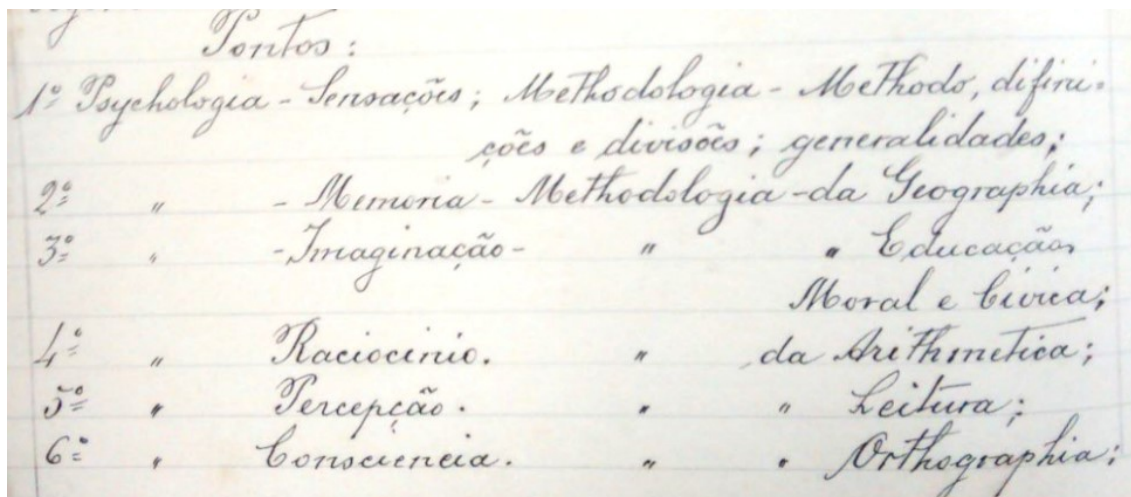
Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática

Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018

Universidade Federal de Roraima

ISSN: 2357-9889

Figura 1– Pontos a serem sorteados para provimento efetivo do Grupo Escolar Joaquim Murtinho



Fonte: APMT (1930)

Em torno da preocupação do estado em examinar o conhecimento sobre as metodologias de ensinar os conteúdos escolares na escola primária mato-grossense estava a definição do método intuitivo como obrigatório nesse sistema de ensino, tanto definido pelos regimentos como nos programas de ensino, além do mais da cultura escolar que o método estava presente no Brasil nas primeiras décadas do século XX (VALDEMARIN, 2006). Ao olhar para lista de materiais fornecidos pelo Almojarifado da Instrução Pública do Mato Grosso observa-se a preocupação do estado em avaliar a capacidade profissional do normalista em lidar com esse método e com os recursos didáticos na instrução pública mato-grossense.

Seguindo para análise da definição dos pontos a serem sorteados na prova prática do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, deparamos mais uma vez com a presença do método intuitivo dentre os pontos definidos para o concurso. Nessa prova prática, formulou-se os seguintes pontos para as disciplinas de matemática:

XVI Seminário Temático**Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática****Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018****Universidade Federal de Roraima****ISSN: 2357-9889**

Quadro 4 – Pontos de matemáticas para o exame prático grupo escolar Joaquim Murtinho (1930)

Ponto de sorteio	Disciplina	Pontos para o concurso
1º	Aritmética – 3º ano	Sistema métrico
2º	Aritmética – 4º ano	Adição de frações ordinárias
3º	Aritmética – 2º ano	Subtração de números inteiros
4º	Geometria – 4º ano	Áreas poligonais
	Aritmética – 1º ano	As quatro operações; o uso do contador

Fonte: APMT (1930)

Nessa fase desse exame de provimento, os pontos estavam selecionados de acordo com o conteúdo disciplinar e o ano escolar que os conteúdos deveriam ser ensinados, onde provavelmente estariam organizados de acordo com os programas de conteúdos curriculares da educação pública do estado. Como não havia uma referência bibliográfica de livros didáticos específicos para esses concursos, acreditamos que foram utilizados livros descritos nos inventários do Almojarifado da Instrução Pública do estado contidos no quadro 3, devido que essas seriam as obras didáticas de matemática para formação de professores normalistas, sendo que apenas formados nas escolas de formação mato-grossense poderiam participar dos concursos de provimento (MATO GROSSO, 1910, p.139).

No ponto número quatro do quadro referencial de pontos para o concurso, que tratou-se da aritmética escolar a ser examinados pelos candidatos, observamos a presença do contador mecânico como ferramenta para calcular as quatro operações aritméticas. Dessa forma, entendemos que o contador estava presente como ferramenta didática para ensinar aritmética na instrução pública primária do Mato Grosso, reforçando a presença do método intuitivo como abordagem metodológica no estado no período analisado. Seguindo o conceito de Chartier (2002) para analisar as apropriações do uso do contador mecânico na prova prática do provimento efetivo de normalistas, percebemos que sua utilidade estava centrada sobre as quatro operações aritmética sem uma determinada aplicação do uso da ferramenta em uma situação problema do cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos conteúdos de matemática (aritmética, álgebra e geometria) dos pontos a serem sorteados nos concursos de provimento para professores normalistas para os grupos escolares do estado de Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX, percebemos em um dos pontos do exame a presença do método intuitivo quanto tratou do uso do contador mecânico. Como apenas normalistas formados na escola normal mato-grossense tinham a permissão para participar do exame de provimento, e ainda havia decretos que recomendasse o método intuitivo na instrução pública mato-grossense, acreditamos que havia a preocupação do estado em examinar o conhecimento dos candidatos em relação aos recursos que satisfazem este método de ensino. Por meio dos pontos, foi possível observar a partir do ponto que envolvia o contador mecânico para realizar as quatro operações. Consideramos como elementos para justificar a presença do método intuitivo nos exames de provimento de normalistas no contexto mato-grossense: a definição do método intuitivo redigido por meio de decretos; as obras didáticas dos grupos escolares contém características intuitivas; a reestruturação da instrução primária no Mato Grosso foi organizada por normalistas formados na Escola Caetano Campos de São Paulo; e os pontos dos exames dos concursos que mencionam considerações a respeito das metodologias para ensinar aritmética e geometria, inclusive ao uso do contador mecânico.

Concluindo, foi possível observar a presença do método intuitivo como elemento de avaliação, destacados por meio dos pontos desses concursos de provimentos, na qual em um determinado ponto identificamos os processos de utilização de elementos constitutivos da matemática a ensinar como o contador mecânico, que por meio desse recurso previa examinar os saberes para ensinar do professor e quanto a sua capacidade de apropriar do recurso didático em uma prova prática de exame e depois reproduzir esses saberes na escola primária.

REFERÊNCIAS

- CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, n. 2, p. 177-229, 1990.
- JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: Revista Brasileira de História da Educação. Tradução de Gizele de Souza. n. 1, p. 9-38, 2001.
- LAIER, S. S. S. A escola normal de Cuiabá: a matemática elementar presente no curso. XIV Seminário Temático. Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970): Sobre o que tratam os Manuais Escolares? Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016.
- MATO GROSSO. Regulamento da instrução pública primária do Mato Grosso. Cuiabá – MT, 1927.
- _____. Regulamento da instrução pública primária do Mato Grosso. Cuiabá – MT, 1910.
- POUBEL E SILVA, E. F. S. Leowigildo Martins de Mello e a organização da Escola Normal de Cuiabá. brasileira de história da educação n° 7 jan./jun. 2004.
- VALDEMARIN, V. T. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, D. et al. O Legado Educacional do século XIX. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.